



Comissão Mista de Reavaliação de Informações

Reunião Ordinária

Decisão CMRI nº 308/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 00118.000412-2024-16

Órgão: APS – Autoridade Portuária de Santos S.A.

Requerente: S. H. M. S. G.

RESUMO DO PEDIDO

O cidadão solicitou gravação da câmera do Porto de Santos do GATE25 CM01 das 04:35 até 04:37 do dia 20/11/2024.

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO

O órgão requerido informou que as imagens capturadas pelo sistema de monitoramento das vias do Porto de Santos, sob responsabilidade da APS, são exclusivamente voltadas para a segurança portuária, sendo que os pedidos de cessão das imagens somente serão atendidos se partindo do Poder Judiciário ou de Autoridade Policial, por meio de ofício encaminhado à presidência do órgão através do sistema de protocolo eletrônico disponível no portal institucional do Porto de Santos. Desta forma, informou que não seria possível realizar o atendimento do pedido, em conformidade com o art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.724/2012.

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O cidadão informou que o pedido de imagens é importante pois ele foi multado no trânsito pela Guarda Portuária no dia 20/11/2024 (AIT GP00001377), e nas imagens é possível comprovar que houve vício de legalidade pois o guarda portuário estava irregular em sua atuação. O cidadão observou que o uso da imagem é único e exclusivamente para o recurso de multa, não se tratando de imagens sigilosas, ainda que seja voltada para a segurança do Porto.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O órgão ratificou a justificativa apresentada na resposta ao pedido inicial.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O cidadão reiterou o pedido, acrescentando que as gravações fossem disponibilizadas em formato digital, por meio de mídia ou link para download, com a devida autenticação para garantir sua integridade e validade como prova.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O órgão requerido ratificou a justificativa apresentada na resposta ao pedido inicial, avocando o artigo 4º, inciso III e o art. 23, inciso I, da Lei nº 12.527, de 2011, que tratam sobre informação sigilosa e restrição de acesso público para justificar o indeferimento do recurso.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

O cidadão reiterou a manifestação apresentada em 2ª instância.

ANÁLISE DA CGU

A CGU realizou interlocução com o órgão para obtenção de esclarecimentos adicionais. A Autoridade informou que nas imagens armazenadas não é possível comprovar que o solicitante é realmente a pessoa que sofreu o Auto de Infração de Trânsito (AIT), não satisfazendo assim o determinado pela legislação pátria. Ademais, para a CGU, em que pese a legislação brasileira não classificar explicitamente as áreas portuárias como "áreas de segurança nacional", existem leis e decretos que destacam a importância estratégica dos portos e estabelecem medidas de segurança para essas áreas tais como a Lei nº 12.815, de 2013, conhecida como Lei dos Portos e que regula a exploração dos portos e instalações portuárias pela União, estabelecendo diretrizes para a segurança e operação dos portos, e o Decreto nº 1.507, de 1995, que criou a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS).

DECISÃO DA CGU

A CGU indeferiu o recurso, com fundamento no inc. II, art. 13 c/c art. 60 do Decreto nº 7.724/2012, haja vista não haver sido comprovada que as imagens solicitadas são do requerente do pedido, bem como se tratar de pedido desarrazoado que vai de encontro a segurança pública.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

O requerente alegou que a filmagem contém elementos visuais indiciários que corroboram a identificação do veículo, tais como: a cor do veículo registrada na filmagem corresponde exatamente à do seu veículo cadastrado no órgão de trânsito. Ele acrescenta que o horário da filmagem coincide com o horário da infração, indicando que se trata do mesmo contexto fático analisado para aplicação da multa. Portanto, de acordo com o demandante, mesmo que a placa não esteja visível, os elementos visuais capturados no vídeo constituem indícios suficientes para correlacionar a gravação ao veículo em questão, devendo a filmagem ser disponibilizada para garantir seu direito de defesa. O cidadão também incluiu o Auto de Infração de Trânsito (AIT) na Plataforma Fala.BR.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO À CMRI

Recurso conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724/ 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade, cabimento e regularidade formal.

ANÁLISE DA CMRI

Da análise dos autos, verifica-se que, desde o pedido inicial, o órgão informou que as imagens capturadas pelo sistema de monitoramento das vias do Porto de Santos, sob responsabilidade da APS, são exclusivamente voltadas à segurança portuária, sendo que os pedidos de cessão das imagens somente serão atendidos se partindo do Poder Judiciário ou de Autoridade Policial. Em 2ª instância, a requerida ratificou essa justificativa, avocando o art. 4º, inciso III e o art. 23, inciso I, da Lei nº 12.527, de 2011, que tratam sobre informação sigilosa e restrição de acesso público para justificar o indeferimento do recurso. Em interlocução com a CGU, o órgão explicou que a negativa de acesso às imagens captadas pelas câmeras de segurança também se dá em atenção às leis de proteção de dados vigentes, uma vez que há outras pessoas e veículos que aparecem nas imagens no período solicitado de dois minutos de filmagem. A APS informou, ainda, que *"não há ligação entre a solicitação e o solicitante"*, bem como de que *"é imprescindível reiterar que não há meios comprobatórios de que as imagens solicitadas são do requerente, uma vez que não há"*

visualização da placa do veículo envolvido na irregularidade, tampouco este está registrado em nome do solicitante, não sendo notado razão plausível para o fornecimento das imagens”. O demandante permaneceu irredutível e recorreu à CMRI alegando que “mesmo que a placa não esteja visível, os elementos visuais capturados no vídeo (cor do veículo e horário da filmagem) constituem indícios suficientes para correlacionar a gravação ao veículo em questão”. Face o exposto, esta Comissão, considerando que a afirmação de um órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública, conforme preconizado no art. 11 da LAI, acolhe do entendimento da Controladoria-Geral da União pelo indeferimento do recurso, haja vista não haver sido comprovada que as imagens solicitadas são do requerente do pedido, conforme o art. 60 do Decreto nº 7.724/2012. Ademais, a CMRI decide pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu indeferimento, uma vez que as imagens contêm dados de natureza pessoal e sensível e, portanto, são restritos de acesso, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 2011, e dos arts. 55 e 56 do Decreto nº 7.724, de 2012, que somente poderão ter autorizadas sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem. Dito isto, cabe citar precedentes como a Decisão nº 159/2021/CMRI, referente ao posicionamento desta Comissão em situação sobre acesso a filmagem que expõe terceiros, que se alinham com negativa ora apresentada.

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da [Ata da 146ª Reunião Ordinária](#), por unanimidade, decide pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo indeferimento, com fundamento no art. 31 da Lei nº 12.527, de 2011, e dos arts. 55, 56 e 60 do Decreto nº 7.724, de 2012, tendo em vista tendo em vista que a informação requerida (imagens), se disponibilizada, pode expor dados pessoais de terceiros sem o seu consentimento, não tendo sido identificado embasamento legal para acesso do Requerente a essas.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado**, **Presidente Suplente da CMRI**, em 04/08/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA** **registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 05/08/2025, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima**, **Chefe de Gabinete**, em 05/08/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 05/08/2025, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6819486** e o código CRC **8052EF9F** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00131.000014/2025-02

SEI nº 6819486